

## O gasoduto Brasil-Bolívia e dilemas da integração regional: IIRSA

Angelita Matos Souza\*

Em meio ao novo desenvolvimentismo transnacional, que tem orientado o expansionismo brasileiro neste início de século, existe a iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul. A IIRSA constitui um dos projetos mais ambiciosos de integração física no continente, visando à exploração e comercialização de recursos energéticos e minerais estratégicos. O projeto tem como pressuposto a adoção de um “modelo de desenvolvimento para fora”, orientado em grande parte pelo estudo do ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Eliezer Batista da Silva, "Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentado e Integração da América do Sul", de 1995. Conforme este estudo, a integração física, por meio da construção e aprimoramento da infra-estrutura no espaço sul-americano, ampliaria as vantagens comparativas e a inserção competitiva da região ao mercado mundial, adicionando valor e reduzindo custos.

Os defensores do projeto, deveras ambicioso, apontam a integração regional como o caminho para o desenvolvimento no mundo globalizado e maior força política que a união (que avançaria com a integração física) traria à região. Entre os críticos, os argumentos vão desde os problemas sócio-ambientais implicados ao suposto subimperialismo brasileiro. O mega projeto responderia a um desenho estratégico desde os centros de poder hegemônicos, articulado a grandes interesses econômicos na região. A IIRSA seria uma versão *light* da ALCA e o Brasil o comandante-mor dos interesses das grandes corporações mundiais, interessadas em extrair o máximo da integração física sul-americana, sobretudo no que tange à exploração dos recursos energético-minerais. Teria sido assumida pelas elites econômicas e políticas regionais como próprio e lançado ao mundo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000 (CECEÑA, 2009).

Mas as trocas de governos não têm implicado em abandono do projeto. Em dezembro de 2004, na reunião de Cuzco, no Peru, os presidentes dos 12 países reafirmaram seu

compromisso com a Iniciativa e aprovaram a “*Agenda de Implementação Consensual 2005-2010*”, que definia 31 projetos prioritários a serem concluídos até 2010<sup>1</sup>. A agenda consensual seria, todavia, mais modesta que as metas do projeto inicial, os doze eixos iniciais passaram a sete e os mais de 300 projetos arrolados antes foram reduzidos a 31. Conforme Araujo Jr. (2009) é possível que a redução das ambições esteja relacionada a um esforço para se preservar a credibilidade da IIRSA no longo prazo, incluindo na agenda consensual só aqueles projetos que, com base nas informações disponíveis em 2004, poderiam ser concluídos até 2010. E o número de projetos em andamento seria muito maior do que o da agenda se levado em consideração que o Brasil estaria executando através do *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)* 34 projetos previstos na IIRSA, em Programa lançado no início de 2007 que iria além da agenda de 2004.

Os compromissos seriam novamente confirmados quando foi criada a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em maio de 2008, com governos tidos como à esquerda reafirmando o apoio à Iniciativa. E acreditamos que o projeto de integração possa ser produtivo. Sua principal dificuldade é a dependência de investimentos estatais, fundamentalmente brasileiros, pois, ainda que o país seja por vezes acusado de imperialista por parceiros do empreendimento, o fato é que os 12 países envolvidos esperam que assuma a liderança da Iniciativa<sup>2</sup>. Sendo que seria importante evitar o endividamento externo excessivo e controles “desde fora” (além da demanda), impedindo a participação majoritária do capital estrangeiro no projeto de integração, embora que seja incerta a capacidade financeira do Brasil para tanto. Mas mesmo que consiga bancar grande parte dos investimentos (como vem fazendo), não está descartado que, na 1ª crise que atingir decididamente o país e região, entregue tudo para os “imperialistas” por excelência, com o apoio dos países sócios na empreitada.

Ou não, e aí tudo pode ficar mais interessante. A idéia da integração envolve tantas contradições que o desfecho pode ser inusitado e positivo, como foi no caso do gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), um empreendimento, de início, ruim para os dois países sul-americanos. Ao Brasil, por impor a dependência externa de um país caracterizado pela instabilidade política, comprometendo-se a adquirir o insumo energético além da demanda local (a ser fomentada), cuja exportação estaria sob controle de multinacionais norte-americanas. Ademais, sua realização corroborou com a

redução/suspensão dos investimentos em hidrelétricas e/ou outras fontes de energias renováveis, ecologicamente mais acertadas. Sem falar nos prejuízos à imagem do Brasil - de “imperialista”- à época das nacionalizações do governo Evo Morales. E é certo que o empreendimento foi financeiramente lucrativo para o Brasil, sendo os danos para Bolívia incomparáveis: recursos estratégicos do país passaram ao controle de multinacionais, os preços acordados eram baixos e grande parte dos ganhos seria utilizada para pagar dívidas adquiridas no financiamento da construção do gasoduto em solo boliviano.

Não obstante, com os acordos entre os governos Lula e Morales e os avanços alcançados nas negociações de preços e definição de metas e prioridades favoráveis aos dois países, cuja à carência nos acordos anteriores pode ser debitada parte da responsabilidade pelos movimentos em prol das nacionalizações, é possível afirmar que, ao final das contas, a obra é defensável: legou à Bolívia um grande investimento de infra-estrutura e supriu uma carência energética brasileira. Depois, a integração maior com o país vizinho (rico em recursos naturais, como o lítio) pode ser ainda mais promissora para ambos num futuro próximo. Por certo que com a análise do caso, não queremos defender que nossos vizinhos devam abraçar o expansionismo brasileiro porque, em termos de “imperialismo”, o Brasil seria melhor que os outros, contudo, é evidente que é mais fácil negociar/barganhar com um país periférico, sem grande poder de imposição (inclusive militar), que o contrário.

Sem negar que a internacionalização econômica e a política externa dos governos Lula assumiram contornos imperialistas, buscaremos indicar a dimensão positiva da maior integração sul-americana (inevitavelmente sob a liderança do Brasil, dado o peso da sua economia), apontando à necessidade de uma atuação diplomática e econômica mais ativa no sentido da política de amizade/cooperação com países da região (*soft Power*). Ou seja, o Brasil deve orientar o expansionismo econômico (se for para seguir nesta direção) e sua política diplomática no sentido de estimular a solidariedade e complementaridade entre os países sul-americanos, colocando ênfase sobre a integração/cooperação. E como tudo se decide no campo da luta política, a reação ao “imperialismo” brasileiro da parte dos países receptores de investimentos - como ocorreu na Bolívia - e a concorrência asiática podem contribuir para impor a integração baseada na cooperação/solidariedade sobre a tendência à exploração.

\*\*\*

As 1<sup>as</sup> conversas entre Brasil e Bolívia visando à importação de recursos energéticos bolivianos ocorreram nos governos Vargas, com o assunto voltando à tona em vários governos posteriores. Mas as negociações só deslancharam nos anos 90, com os acordos entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Gonçalo Sanches de Lozada para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. O marco inicial de uma história bastante nebulosa pode ser localizado na Lei 1689, aprovada em abril de 1996 (cuja legitimidade seria contestada pelos movimentos sociais que derrubaram o segundo governo de Lozada). A Lei quebrou o monopólio pela empresa estatal boliviana YPFB sobre a exploração de recursos naturais estratégicos, de forma a permitir a participação de grupos privados, embora mantivesse a propriedade do subsolo com o Estado boliviano<sup>3</sup>. Em síntese, a mudança constitucional tornava a exploração de gás natural e petróleo acessíveis tanto a grupos privados nacionais como estrangeiros, cabendo ao Estado supervisionar os processos/operações de exploração destes recursos (embora não fosse definida nenhuma diretriz e/ou mecanismos de controle e fiscalização<sup>4</sup>). E nos contratos posteriores estabelecidos pelo governo Lozada os tributos em favor do Estado boliviano eram bastante baixos (18%, contra os 50% vigente antes)<sup>5</sup>.

Com a aprovação da Lei 1689, o projeto de construção do gasoduto assumiria formas concretas personificadas em duas companhias: a GTB (Gás TransBoliviano S/A), pelo lado boliviano; e a TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A) pelo brasileiro. A Petrobras, através da Gaspetro, financiaria grande parte dos investimentos: 84% pelo lado boliviano, para deter apenas 9% de participação acionária na GTB. O projeto que, em princípio, dizia respeito às negociações Brasil-Bolívia de longa data ganhou novos sócios, cabendo às multinacionais Shell e Enron o controle acionário da companhia boliviana, com 30% das ações cada uma; a Gaspetro e a BBPP Holdings Ltda. ficaram com 9% e 6% respectivamente e os Fundos de Pensão bolivianos com 25%. Pelo lado do Brasil, a PETROBRAS, através de sua subsidiária Gaspetro, assumiu o controle de 51% da TBG; a BBPP Holding (El Passo, Total, British Gás) ficou com 29% das ações; a Shell/Enron com 7% cada uma e os Fundos de Pensão bolivianos com 6%<sup>6</sup>.

GTB	TBG
Enron 30%	Gaspetro 51%
Shell 30%	BBPP Holding Ltda 29%
Fundos de pensão bolivianos 25%	Shell 7%
Gaspetro 9%	Enron 7%
BBPP Holding Ltda 6%	Fundos de pensão bolivianos 6%

Da participação das empresas Shell e Enron, tendo em vista notícias colhidas nos meios de comunicação, é possível dizer que provavelmente tanto bolivianos como brasileiros foram vítimas de pressões (e operações fraudulentas) envolvendo as multinacionais em questão, empresários e políticos locais. Não teríamos como avançar sobre o assunto, mas com a falência da Enron vieram à tona denúncias de fraudes envolvendo a empresa e o governo boliviano Lozada. Sob pretexto de que a Bolívia necessitava de recursos e sócios para não ficar refém do Brasil, o contrato com a Enron teria sido assinado em Miami, segundo as leis do estado de Nova Iorque. Comandado por um grupo formado por empresários ligados a Compañia Minera del Sur (COMSUR), cujo principal acionista era o próprio Lozada, o negócio envolvia, além da Enron, parceiros como o Banco Industrial S.A. (BISA) e o Citibank. A Shell teria sido convidada à participação a fim de se evitar acusações de monopólio pela Enron sobre o gasoduto.

No Brasil, a importação do gás boliviano, há tempos cogitada por governantes e empresários (especialmente do sul e sudeste), era vista como uma boa alternativa numa conjuntura assombrada pelo risco dos “apagões”. Do ponto de vista da política externa, a estratégia de integração física sul-americana angariava simpatias e o gasoduto pode ser considerado o ponto de partida à IIRSA. E apesar dos problemas ocasionados pelas nacionalizações do governo Evo Morales, o investimento não foi economicamente (do ponto de vista da lucratividade) prejudicial à Petrobrás. Se durante as negociações Brasil-Bolívia, para a retomada do controle boliviano sobre empresas estrangeiras, muitos aproveitaram para criticar o governo Lula e acusá-lo de não defender devidamente os interesses nacionais, o fato é que a empresa brasileira recebeu de volta o

valor dos investimentos, sem contar nos lucros que obteve com a construção/operação do gasoduto<sup>7</sup>.

Já a Bolívia encontrou no mercado brasileiro uma ótima alternativa à Argentina (cujo contrato de importação de gás boliviano terminara em 1992) e um crescimento significativo das reservas de gás natural a partir dos investimentos realizados. Conforme Dávalos, o nível de reservas “(...) provadas e prováveis de gás natural teve uma taxa de incremento anual da ordem de 31% entre 1997 e 2005. Em somente seis anos (até 2003), as reservas de gás natural passaram de 160 bilhões de m<sup>3</sup> a 1550 bilhões de m<sup>3</sup>, uma relação de quase 10 vezes” (2009: 318). E como já dissemos, os acordos assinados entre os governos Lula e Morales representaram um avanço nas negociações de preços e definição de metas e prioridades favoráveis aos dois países, cuja à carência nos acordos anteriores pode ser debitada parte da responsabilidade pelos movimentos prónacionalizações na Bolívia<sup>8</sup>.

As grandes mobilizações e conflitos sociais que compõem o que se denominou a “guerra do gás” são conhecidos. Ainda em 2002, no governo de Jorge Quiroga<sup>9</sup>, as especulações em torno da construção de um gasoduto passando pelo Chile geraram grande descontentamento. O projeto voltaria à tona no 2º governo de Lozada, sendo que um consórcio – Pacific LNG –foi formado pelas multinacionais British Gas, British Petroleum y Repsol/YPF, a fim de levar a cabo o empreendimento. O objetivo era exportar gás do campo de Tarija para os EUA e México e, sob o argumento que se tratava de um projeto caro, que seria bancado pelo consórcio, as condições negociadas eram bastante desfavoráveis à Bolívia. A longa inimizade com o Chile (para quem a Bolívia perdeu território e saída para o mar na guerra do pacífico), as condições desvantajosas para os bolivianos, somadas ao descontentamento com as interferências norte-americanas no combate da coca, estariam no centro das manifestações que abriram o período de crise social e política que derrubariam o governo Lozada em outubro de 2003.

Depois de um breve período de relativa paz e negociações com o governo de Carlos Mesa (vice de Lozada que assumiu a presidência), uma nova onda de manifestações, greves e conflitos levaram à renúncia do presidente em junho em 2005. As razões imediatas seriam a Lei de Exploração dos Recursos Naturais do País (considerada

“entreguista”) e os serviços da companhia Suez-Lyonnaise des Eaux, a multinacional que administrava os serviços de água potável e os esgotos de La Paz e de El Alto. Um governo de transição tomou posse, encabeçado pelo presidente do Judiciário, Eduardo Rodríguez, que convocou nova eleição para dezembro de 2005. Numa campanha eleitoral acirrada, as reivindicações pela recuperação dos recursos naturais e convocação de uma Assembléia Constituinte, defendidas por Evo Morales e movimentos sociais que o apoiavam, venceram as eleições de dezembro.

Ao privilegiarmos, no resumo dos acontecimentos, a mobilização popular - e não a figura do líder levado ao poder – gostaríamos de indicar um diferencial da Bolívia, comparativamente à Venezuela. Neste último, o movimento deu-se muito mais “de cima para baixo”, enquanto na Bolívia predominou o oposto: as mobilizações populares e suas organizações é que vão delimitar a pauta do novo governo, impondo as nacionalizações de maio de 2006, consideradas inadiáveis e legítimas. Como dissemos, o processo de liberalização da economia boliviana deu-se alterando a constituição e todos os contratos posteriores com empresas privadas estavam fundamentados nesta legislação criada para atender à política de privatização do governo Lozada. Examinando os acordos feitos, os agentes envolvidos, a estrutura societária para a construção e operação do gasoduto tem-se a impressão que não era o investimento que atendia aos interesses nacionais da Bolívia e, em menor dimensão, do Brasil, mas estes países é que atendiam aos interesses das multinacionais envolvidas no empreendimento.

Se a empresa mais prejudicada com as nacionalizações fora a estatal brasileira, pois era a que mais investiu na Bolívia, a verdade é que obteve lucros para lá de compensatórios - embora outras empresas estrangeiras também os tenha obtido, praticamente sem financiar nada, mas o Brasil não deixou de ganhar com os financiamentos realizados. De fato, dos planos à construção do gasoduto Brasil-Bolívia, a exploração predominou sobre a integração/cooperação, em prejuízo do Estado boliviano. A revolta popular inverteu, com justiça, as “regras do jogo”, exigindo a retomada do controle sobre as riquezas naturais do seu país. Com os resultados alcançados depois de muita luta, a construção do gasoduto acabou valendo à pena, supriu uma carência energética brasileira (embora tenha criado novas necessidades com a alteração da matriz energética), legando à Bolívia um investimento produtivo e um incremento notável das reservas de gás natural. E apesar da efetiva redução nos ganhos, a Bolívia continua

suprindo as necessidades fomentadas de gás natural pelo Brasil e a empresa brasileira manteve, após as nacionalizações, uma rentabilidade em média superior aos 15% em seus negócios com o país vizinho (DUARTE ET AL, 2008).

Já a economia boliviana tem crescido desde as nacionalizações: no primeiro ano de governo cresceu mais de 4%; em 2008, em torno de 6% e, em 2009, sob os efeitos da crise internacional, 3,4%<sup>10</sup>. Como disse Luis Arce Catacora, ministro de Economia e Finanças da Bolívia, “Antes la plata se iba, ahora se queda acá”. É certo que a alta nos preços de *commodities* ajudou e muito, mas segundo o ministro Arce o segredo do crescimento econômico boliviano após nacionalizações, menos que na alta nos preços de *commodities*, encontra-se na demanda interna, impulsionada pelo que o ministro denomina “nuevo modelo económico social productivo”, baseado em estímulos ao setor produtivo e num “programa de bonos de apoyo para adultos mayores, escolares, embarazadas y madres solteras para redistribuir la riqueza nacional”. Mas muitos consideram a política fiscal do governo excessivamente austera e defendem que, menos que manter em alta as reservas, a Bolívia precisa de uma política sócio-econômica menos tímida, com mais gastos e investimentos (RUDOVSKY, 2010).

No entanto, talvez a dependência externa não aconselhe maior ousadia, num governo que enfrenta forte oposição interna, ainda mais depois das nacionalizações que, de início, afugentaram o capital estrangeiro. Também é possível que as alternativas estejam nos limites de uma economia de enclave, baseada nas exportações de matérias-primas, sem domínio de recursos científico-tecnológico e dependente de investimentos externos. O governo tem apostado no lítio e entabulado conversações com empresas estrangeiras para investir na sua exploração. Há esperança de transferência de tecnologia e investimentos industriais no país, com vistas à diversificação da economia, produzindo compostos químicos de maior valor agregado e, quem sabe, também baterias e veículos.

Em todo caso, o problema maior não é ser uma economia pouco diversificada, cujo eixo dinâmico gira em torno das exportações de *commodities*, este só é o problema maior quando a renda não é distribuída. Países como Noruega e Holanda, embora estejam longe de economias de enclave, têm nas exportações de *commodities* uma grande fonte de renda e isto não significa pobreza e subdesenvolvimento. Daí que identificar o “desenvolvimentismo” na região à distribuição de renda/serviços sociais básicos –

menos que à industrialização - seja o mais acertado; assim como aumentar a renda das exportações por meio de investimentos em infra-estrutura que facilitem o fluxo de mercadorias. Mesmo porque, muito provavelmente, a maioria dos países que fazem parte da IIRSA não serão economias industrializadas (até o futuro do Brasil neste sentido é pouco seguro).

O projeto de integração física regional (IIRSA) pode ser muito produtivo, contribuindo para com a inserção mais competitiva no mercado mundial (o Brasil em especial visa uma saída para o Pacífico). A dificuldade é eminentemente política: como seguir na direção da integração, com o desenvolvimento atrelado à distribuição de renda/serviços sociais de qualidade, num país como a Bolívia ou qualquer outro da América do Sul? Por mais que o povo boliviano tenha demonstrado uma incrível capacidade de luta neste início de século, é tudo muito complicado.

\*\*\*

O gasoduto Brasil-Bolívia é um exemplo de como não deve ser conduzido o processo de integração na região - cuja ênfase deve ser a cooperação, não a exploração. Felizmente, como tudo se decide no campo da luta política, a reação na Bolívia conseguiu reverter seu sentido impondo a cooperação sobre a tendência à exploração. Como já defendemos em outro texto (SOUZA, 2010), atuar no sentido da cooperação/integração é o mais acertado não apenas por ser essa a atuação correta, sob qualquer ponto de vista “racional” (buscar a paz), mas também porque o Brasil tem conduzido uma ação expansionista (ou “imperialista”) relativamente solitária, centrada no seu poder econômico-financeiro, fundamental à região, porém sem “poder de bala”. E ainda que o país detivesse poder militar “de potência”, submeter qualquer país vizinho a formas de imperialismo militar seria absurdo, acirrando as mobilizações contrárias ao expansionismo brasileiro na região. Agora o Brasil não tem poder militar para tanto e vai demorar muito para alcançá-lo, se é que um dia o alcançará.

Por sua vez, boa parte das alegações contrárias à execução da IIRSA foca no reforço do setor primário-exportador que o projeto deve promover - um novo colonialismo -, mas o contexto é outro e talvez esteja na hora de abandonarmos a correlação estreita entre desenvolvimento e industrialização, muito forte no pensamento social latino-americano. O desenvolvimento tem que ser definitivamente identificado à distribuição de renda e

aos serviços sociais básicos de qualidade (educação, saúde, habitação, saneamento) e aumentar a renda das exportações – por meio de investimentos em infra-estrutura que facilitam o fluxo de mercadorias – é acertado. Lógico que as mobilizações/ativismo político são fundamentais à responsabilidade sócio-ambiental na condução do processo de integração<sup>11</sup>.

É a negação pela negação (do desenvolvimento “capitalista”) que não nos parece fazer o menor sentido. Decisivo é que os empreendimentos sejam amplamente divulgados e o debate incandescente. A dificuldade principal diz respeito à capacidade financeira do Brasil para liderar o projeto; além de ser um tanto complicado para um país, com problemas sociais graves internamente, arcar com os custos de tal integração, mesmo que focada na cooperação econômica e investimentos em infra-estrutura que devem incrementar as relações comerciais, intra-regionais e com o mercado mundial. Caminho ainda enfrenta oposições na região por ser eminentemente econômico, supostamente na contramão do sentido mais político-institucional defendido por representantes de governos vizinhos. Daí, segundo Machado (2008), certa morosidade dos governantes brasileiros quanto às expectativas de avanços no processo de integração/união do cone sul.

Para o autor, existem duas estratégias em voga: expandir sua condição de *global player* - se posicionando como país importante no cenário internacional – e/ou avançar na integração regional. As duas estratégias esbarrariam em limites claros: devido à baixa capacidade militar, o Brasil não teria muito como opinar nas grandes questões de segurança mundial e sua influência estaria mesmo confinada à esfera regional; cuja integração implica em custos altos, com benefícios à mercê de muitas variantes. Quer dizer, faltaria ao Brasil capacidade para cumprir com o que se espera de um ator global relevante e, quanto à sua liderança regional, pairam sérias dúvidas sobre se valeria converter o discurso pró-integração em ação efetiva, rumo a uma maior institucionalização. (MACHADO, 2008)

De nossa parte, acreditamos que liderar a integração regional deveria ser prioridade, mesmo à ambição de liderança global, embora as duas “estratégias” esbarrem na dependência de investimentos estatais, fundamentalmente brasileiros. Nos últimos anos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi se

convertendo no “banqueiro” principal da política externa expansionista/integracionista do Brasil, o que tem suscitado críticas e polêmica. Embora o Banco venha alcançando êxito na maioria das suas operações, cumprindo com os objetivos de lucro e obrigações ao Tesouro, o endividamento público promovido pelo diferencial entre o custo de captação do Tesouro e a taxa a ser recebida no crédito contra o BNDES está no centro do debate. E a capacidade de o Banco continuar bancando o capitalista financeiro, via transferências do Tesouro, parece encontrar seu limite, parcerias internacionais têm sido buscadas a fim de se seguir adiante, mas é tudo muito incerto.

Vale acrescentar que empresas como Odebrecht, Camargo Correa e outras têm capacidade de autofinanciamento, o problema é que jamais estiveram dispostas a assumir os riscos de investimentos de longo prazo, daí que a capitalização das grandes empresas de engenharia/construção civil não virá pelo “mercado”, pois é o risco que está fora de cogitação. Não aceitam arriscar, em grande parte, porque querem seu pedaço do bolo num modelo de acumulação que privilegia a atividade financeira (como se não ganhassem também no circuito financeiro)<sup>12</sup>. Outra dimensão importante diz respeito à autonomia do Estado brasileiro para cobrar do empresariado “eleito” metas de desempenho e cumprimento das regras contratuais estipuladas (mormente se o negócio der errado) e, sobretudo, a qualidade dos serviços prestados por empresas nacionais, a fim de se evitar conflitos como os que envolveram as atividades da Odebrecht no Equador. Ou seja, são muitas as contradições e dilemas envolvidos no projeto de integração sob a liderança do Brasil, o que não significa que não devemos tentar.

#### Referências Bibliográficas:

BUENO, Luis Guilherme Cerruti. *Bolívia: produção de gás natural como instrumento de desenvolvimento econômico nacional no primeiro decênio do século XXI*. Campinas, FACAMP, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso)

CECEÑA, Ana Esther. “Camino y agentes del saqueo en América Latina”. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=93827>.

DÁVALOS, Victorio Enrique Oxilia. *Raízes socioeconômicas da integração energética na América do Sul: análise dos projetos Itaipu Binacional, Gasbol, Gasandes*. São Paulo: PPGE/USP, 2009, p.209-337. (Tese de Doutorado)

DUARTE, Bernardo Pestana Mello; SARAIVA, Thiago Carvalho; BONÉ, Rosemarie Broker. Impacto na relação Brasil-Bolívia, com a nacionalização dos hidrocarbonetos

bolivianos em 2006. *Indicadores Econômicos. FEE, Porto Alegre, v. 36 n. 1, p. 87-98, 2008.*

FRIEDMAN-RUDOVSKY, Jean. As chaves da Evonomia. *Revista América Economía*. Bolívia, La Paz, n. 391, set. 2010.

HAGE, José Alexandre Altahyde. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Curitiba: Ed Juruá, 2007.

LEME, Letícia Nigro Leme. *A emergência de Evo Morales na Bolívia e as relações Brasil-Bolívia no setor energético*. Campinas, FACAMP, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso)

MACHADO, Artur Andrade da Silva. O Caso Odebrecht e o Dilema da Liderança Regional Brasileira. *Boletim Meridiano 47*, v 9,n.100, nov 2008.

PABÓN, Silvia Escobar de. “Ajuste y liberalización, las causas del conflicto social”. Disponível em: [www.cibera.de/fulltest/6/6689/ar/libros/osal/osal12/d1escobar.pdf](http://www.cibera.de/fulltest/6/6689/ar/libros/osal/osal12/d1escobar.pdf).

SENHORAS, Elói Martins. *Regionalismo transnacional e integração física: Um estudo sobre a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana*. Campinas: Instituto de Geociências/Unicamp, 2007. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, Angelita Matos. O expansionismo nos governos Lula e o BNDES. *Boletim Meridiano 47*, v 11, n. 120, jul-ago 2010.

---

\*Professora Doutora de Ciência Política no Curso de Relações Internacionais da UNESP de Marília.

1. Neste encontro também foi lançada a Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA.
2. Além do Brasil, fazem parte da IIRSA: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela.
3. Utilizamos aqui da pesquisa de Letícia Nigro Leme (2007), sob nossa orientação. Outra fonte fundamental foi a tese de doutorado de Victorio Enrique Oxilia Dávalos (2009).
4. Que segundo entrevistados por Dávalos (2009), concretamente, não existiu.
5. À época argumentou-se que a abertura à iniciativa privada era necessária devido às dificuldades de capitalização da empresa estatal, imprescindível aos investimentos novos à modernização no setor de hidrocarbonetos e ao incremento da produção. Outros setores estratégicos foram incluídos - como telecomunicações, transportes, abastecimento de água, eletricidade -; aliás, conflitos em torno da “privatização da água” foram fundamentais às mobilizações populares deste início de século na Bolívia, iniciadas com a “guerra da água” em 2000 (retratada no filme *The Corporation*).
6. A composição acionária se alteraria nos anos seguintes, com a entrada de outras multinacionais no negócio, sobretudo após a falência da Enron. Ver Dávalos, op. Cit.
7. Aliás, na imprensa boliviana surgiram críticas acerca das indenizações “generosas” do governo Morales às empresas estrangeiras que ali atuavam.
8. Conforme Dávalos (2009): “Se for considerada a quantidade da participação governamental estabelecida pela lei 1689 (...) o governo boliviano auferia benefícios diretos de 18% do gás natural em boca de poço. Montantes que representavam entre 200 a 300 milhões US\$, contra 900 a 1300 milhões US\$ que corresponde às empresas operadoras” (p. 320).
9. Os últimos presidentes da Bolívia, antes das eleições de Evo Morales: Gonzalo Sánchez Lozada

---

(1993-1997); Hugo Banzer Suárez (1997-2001); Jorge Quiroga Ramírez (2001-2002); Gonzalo Sánchez Lozada (2002-2003); Carlos Mesa Gisbert (2003-2005); Eduardo Rodríguez Veltzé (governo de transição, de junho de 2005 a janeiro de 2006).

10. Recebendo elogios do FMI: “Los directores ejecutivos felicitan a las autoridades bolivianas por su sólida gestión macroeconómica y una eficaz respuesta política para mitigar el impacto de la crisis global’, se lee en un informe que el consejo ejecutivo del FMI publicó en enero de 2010. “El crecimiento ha sido uno de los más altos de América Latina y la inflación ha caído significativamente” (RUDOVSKY, 2010).
11. Eis outra razão pela qual a iniciativa merece apoio, o processo de integração deve acirrar a “luta de classes” na região.
12. Recentemente o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que a Instituição é alvo de uma crítica conservadora, sendo que os repasses de títulos do Tesouro ao Banco responderam apenas por um terço do crescimento da dívida pública, os outros dois terços seria responsabilidade do BC (*O Globo*, 31/07/2010). Quer dizer, um equívoco justificaria o outro, quando na verdade pode inviabilizar o “desenvolvimentismo” do BNDES.